

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.047, DE 3 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19.

EMENDA AO PLV

Suprima-se o art. 16 do PLV à MP 1047/2021.

Justificação.

A emenda visa ao aperfeiçoamento do texto do PLV. O dispositivo suprimido baliza a atuação dos órgãos de controle interno e externo quanto a aplicação da Lei, indicando quais princípios devem ser priorizados no processo de verificação da adequação dos contratos à legislação.

Reputamos tal previsão inadequada, pois dá ênfase a alguns princípios em detrimento dos demais, como se todos não fossem igualmente importantes e sua observância absolutamente necessária durante a fiscalização que tais órgãos devem exercer.

Entendemos que balizar a atuação destes órgãos enfraquece e amarra sua atuação, que deve ser ampla e dentro dos ditames constitucionais e legais existentes. Em outras palavras, a flexibilização em tempos de pandemia já está prevista na lei e não carece de flexibilização de princípios para que os órgãos de controle apreciem os contratos.

Sala das Sessões, em de agosto de 2021.

Deputado BOHN GASS





Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) **(Do Sr. Bohn Gass)**

Altera o PLV à MPV 1047/2021.

Assinaram eletronicamente o documento CD211151868800, nesta ordem:

- 1 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT *-(p_7800)
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 3 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB *-(p_7204)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

